

**Estado, Escravidão e Trabalho:
Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820).**

Carlos Engemann*

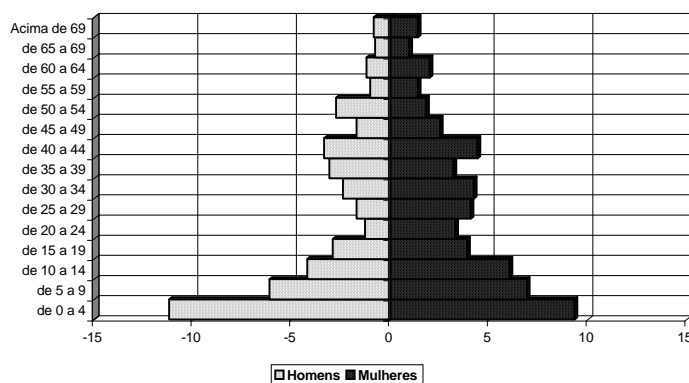
Dos números da origem

A crer na contagem do escriba do inventário de 1791, a população de cativos de Santa Cruz apresentava uma formação bastante peculiar, principalmente por se tratar de escravos.

De modo oposto ao dos grandes plantéis de escravos do Rio de Janeiro,¹ a base da pirâmide referente à Santa Cruz indica uma grande presença de crianças. Os nascimentos e a infância, ou seja, os escravos de 0 a 14 anos, eram responsáveis por 40% da população em 1791. Deriva daí que Santa Cruz pode ter se desenvolvido, ao menos durante os anos próximos de 1791, como uma comunidade fechada no que diz respeito ao ingresso de estrangeiros. Era um lugar de arraigados, chão de raiz.

Uma outra tendência também é claramente perceptível na pirâmide etário-sexual da Fazenda. Novamente na contra-mão da população escrava da região agrária fluminense como um todo, Santa Cruz tem a proporção de homens em idade produtiva menor. Se por um lado, o contorno da pirâmide etário-sexual sugere que a comunidade de escravos se reproduzia sem o auxílio do tráfico; ao mesmo tempo indica uma “ausência” de homens em idade produtiva.

Gráfico 1: Pirâmide Etário-Sexual dos Escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1818.



Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1818. Arquivo Nacional. R.J.

Isso se dá não apenas no inventário de 1791. Vinte e cinco anos depois é possível observar uma deformação semelhante, sendo ainda mais acentuado o estrangulamento da pirâmide. O gráfico 1 mostra a distribuição populacional dos negros da Fazenda segundo o inventário de 1817. A julgar

* O autor é doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa História e Economia.

¹ Na média dos grandes plantéis da província do Rio de Janeiro, a seletividade do tráfico atlântico de escravos proporcionava um volume maior de cativos homens e “adultos”, mantendo uma pequena presença de crianças em seu meio. Cf. FLORENTINO, Manoel e GÓES, J. Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

pela sua configuração, neste momento não apenas os homens estariam sendo deslocados com maior intensidade, mas um considerável número mulheres, aproximadamente na mesma faixa etária também.

Há que haver uma explicação para isso. Duas hipóteses lógicas se impõem por sua obviedade: ou estes cativos morreram, ou saíram de lá, por algum motivo. Neste caso, poderiam ter obtido suas alforrias, fugido ou transferidos para trabalhar em outros lugares.

Quanto a primeira hipótese, observe-se o que diz a tabela 1. Nela constam os cálculos que se pôde realizar com base nos dados anotados no inventário de 1817. Seu propósito é auxiliar na investigação da parcela da população que desapareceria com maior probabilidade pela morte. Ainda que estejam calculadas porcentagens em universos inferiores a cem, é possível, por meio destes dados, inferir que a mortalidade ceifa em grande medida as crianças escravas, na essência, aqueles até quatro anos de idade. Claro está, que entre os idosos a mortalidade também é elevada, como seria de esperar.

Tabela 1: Morte e Mortalidade na Escravidão da Real Fazenda de Santa Cruz, 1817-1821.

	1817		1818		1819		1820		1821	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Óbitos de 0 a 4 anos	4	25	16	48	19	32	62	74	13	54
Óbitos de 5 a 15 anos	2	12,5	3	10	5	8	4	5	1	5
Óbitos de 16 a 39 anos	2	12,5	6	18	11	18,5	7	8	8	32
Óbitos de 40 ou mais anos	8	50	8	24	24	40,5	11	13	2	10
Total de óbito	16	100	33	100	59	100	84	100	12	100
Total da população ao final do ano	1169		1197		1210		1174		1185	
Taxa Bruta de Mortalidade	1,4		2,8		4,9		7,2		2,0	
Percentual de mortes ocorridas até 1 ano de vida	12%		21,3%		27,1%		37%		33,3%	
Taxa Específica de Mortalidade de 0-4 anos	0,9		3,3		3,9		14		2,9	

Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz. 1818. Arquivo Nacional, RJ.

A bem da verdade, a taxa de mortalidade em Santa Cruz neste período era caudatária de uma morte na infância – a sua proporção determina o peso da mortalidade dos idosos que oscila dentro de uma faixa bem menor de ocorrência. Embora tal situação não fosse apanágio deste grupo específico, na Fazenda o índice parece ter sido bastante expressivo.

O percentual extremamente elevado se deve, em parte, ao abissal índice de mortalidade verificado no ano de 1820. Certamente as endemias atribuídas ao precário cuidado com os canais de drenagem ceifaram 14% das crianças que perambulavam pela vila dos escravos. A capacidade de contágio na vila dos escravos, ao que tudo indica, era bastante elevada, provavelmente devido à alta concentração populacional (semi-urbana) e a possível circulação dos cativos em diversas esferas pouco salubres, como as ruas do Rio de Janeiro, colocando esses cativos expostos a endemias.

Na análise da divisão sexual da mortalidade dos escravos da Fazenda, o que temos está apresentado na tabela 2.

Tabela 2: Distribuição sexual dos nascimentos e óbitos entre os escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1717 - 1721.

	1817		1818		1819		1820		1821	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nascimentos	11	15	28	33	36	35	17	30	11	8
Óbitos em idade inferior a 5 anos	4	0	8	8	9	12	31	34	5	7
População total	1169		1197		1210		1174		1185	
Crescimento populacional (por mil)	6	13	17	21	22	19	-12	-3	5	0,1

Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz. 1818 (sic.) Arquivo Nacional, RJ.

Médias de crescimento populacional entre 1817 e 1821:

- População masculina: 7,6 p/mil.
- População feminina: 10 p/mil.

Segundo os dados, a população masculina parece ter que enfrentar maiores dificuldades para se manter. Não apenas contava com um número geral de nascimentos cerca de 15% menor, como ainda tinha que se haver com uma taxa de mortalidade praticamente igual à feminina, o que lhe acarretava um crescimento populacional equivalente à $\frac{3}{4}$ do crescimento feminino. Chama a nossa atenção, ainda na tabela 2, o fato de que no ano crítico de mortalidade, 1820, o decréscimo populacional masculino tenha sido quatro vezes maior que o feminino.

No entanto, esta seria a explicação para a formação demográfica como a observada? É difícil dizer. É de estranhar que não apareçam fraturas demográficas nas coortes da infância, onde mais da metade das mortes ocorrem. Embora isso pudesse ser indício de um ciclo endêmico de larga distância entre um pico e outro, não parece ter sido essa a única origem da deformação na pirâmide etário-sexual da escravaria.

Quanto à segunda hipótese colocada anteriormente, é necessário desmembrá-la nas suas diversas possibilidades. As manumissões, as fugas, os presos e o deslocamento de mão-de-obra podem, em conjunto, mas não necessariamente com o mesmo peso, fornecer algumas evidências quanto à evasão de população em Santa Cruz.

Nas atualizações feitas no inventário de 1817 aparecem oito alforrias registradas. Além dessas, repousam no livro de registros do Cartório do 1º Ofício mais dez alforrias, que segundo Debret,² teriam sido ordenadas por D. Pedro I quando ainda era Príncipe Regente, entre 1821 e 1822. No entanto, no documento consta como tendo sido ordenadas pela Princesa D. Maria Pereira e executadas pelo Marquês de Valadares (uma) e pelo Visconde de Magé (nove).

Não se pode de maneira nenhuma afirmar que essas sejam todas as alforrias concedidas durante os anos de 1817 até 1821. O que também não significa que não seja uma razoável amostra delas. Desses registros temos apenas 8 homens, dentre eles conhecemos as idades de apenas três.

² DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. v. 3. Paris, 1834.

Suas idades correspondem às extremidades da faixa etária produtiva, e mesmo entre as mulheres, totalizando 14, a exceção seria a liberta Maria Izabel, a única que pagou pela sua liberdade. Embora reduzida, a amostragem que dispomos aponta para uma frequência maior de alforrias femininas um privilégio para os mais jovens, até 13 anos, e os mais velhos, acima de 40 anos. Portanto as alforrias poderiam contribuir muito pouco com o fenômeno demográfico que estamos investigando.

As fugas, ou deserções como eram chamadas, constituem uma outra alternativa a ser investigada. Em maio de 1808, o coronel Couto Reys troca correspondências com João Abreu de Miranda Varejão.³ Nelas constam listas de escravos ausentes da fazenda por vários motivos, dentre os quais a deserção e a prisão. Trata-se, ao todo, de 71 escravos, sendo 43 desertados (41 homens e 2 mulheres) e de 28 presos, a maioria deles na fortaleza de Santa Cruz. Se computarmos pela população de 1817, teremos cerca de 6% da população geral e mais ou menos 12% dos homens. Essas cifras nos parecem bastante consideráveis. Além disso, nos anos de 1817 a 1821 foram registradas no inventário mais quatro fugas. É possível que as fugas e as prisões fizessem a diferença na pirâmide etária que analisamos.

A outra forma de evasão de população seria o deslocamento de mão-de-obra para outros sítios de serviço. Quanto a isso, é possível dizer que posteriormente ao seqüestro dos bens dos jesuítas, a Fazenda tornou-se propriedade da coroa e, portanto, seus escravos, escravos do rei. Não seria, então, absurdo postular que o deslocamento de mão-de-obra de Santa Cruz para o serviço governamental tenha ocorrido em razoável escala, como afirmam as memórias do coronel Reys.⁴ Braços de lá trabalharam “... nos serviços do esquadrão em ofícios do trem, no laboratório da Conceição e nas fortalezas...”, computando aproximadamente 50 negros. Além disso, sabe-se pela mesma fonte, que o Conde do Rezende, quando vice-rei, deslocou escravos de lá para seu serviço particular. É possível que outros tantos tenham sido usados na instalação da fábrica de pólvora e na sua produção, na manutenção do aqueduto da Lapa, construção de igrejas, edifícios públicos e outras obras realizadas na cidade do Rio de Janeiro, dentre outros possíveis afazeres.

Ao observarmos o comportamento desta população após a vinda da Corte lisboeta para o Rio de Janeiro, vemos que esse desnível populacional se acentuou bastante. Nos anos que se seguiram à instalação da sede do Império português no Brasil, uma série de mudanças foram realizadas na capital. Por certo, tais obras consumiram um sem número de escravos, dentre os quais, ao menos uma parte, pode ter saído de Santa Cruz.

³ Ofício de Manuel Martins do Couto Reis remetendo os escravos requisitados para trabalharem na quinta de S.A.R. Fazenda de Santa Cruz. 30.05.1808... Biblioteca Nacional.

⁴ REYS, Manoel Martins do c. “Memórias de Santa Cruz”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo V. 1843. p. 178.

É o que nos indica as listas trocadas entre Couto Reys e Miranda Varejão.⁵ As listas, datadas de 1808, apresentam os seguintes destinos de trabalho para os escravos:

Na lista elaborada pelo capitão administrado João Fernandes da Silva:

- No Arsenal: 8 escravos
- Na Conceição: 11 escravos
- No Trem: 22 escravos
- No serviço do Regimento de Cavalaria de Linha da Cidade ou Cavalariças de S. A. R.: 21 escravos
- No hospital (aprendendo cirurgia): 2 escravos

No pedido de escravos de João Abreu de Miranda Varejão:

- Carpinteiros: 4 escravos (sendo 1 com mulher e filhos)
- Pedreiros: 4 escravos
- Ferreiros: 3 escravos
- Carreiros: 3 escravos
- Aprendizes: 17 escravos (moleques entre 12 e 16 anos)
- Trabalhadores: 50 escravos (alguns com suas famílias)

No total temos cerca de 145 escravos, isto é, 12,4% do total dos cativos contados em 1818.

Se os números não forem por demais levianos, Santa Cruz serviu como fornecedora de escravos para o serviço de Sua Majestade, o Príncipe Regente. Um possível exemplo disso, em menor escala, seriam os pelo menos 15 rapazes e raparigas foram enviados para a Quinta, durante os cinco anos que se seguiram a 1817.

É possível perceber também que o número de homens destacados é ligeiramente superior ao de mulheres, consonante com o estrangulamento das pirâmides de 1817 e 1821, que é bem mais acentuado no lado masculino. Mas se ao deslocamento de trabalhadores somarmos os demais fatores já analisados, estaremos bem próximos de conhecer o destino dos cativos que demos por falta nas pirâmides.

O sentido do trabalho em Santa Cruz

Temos na Biblioteca Nacional um relatório datado de 1815, que ilustra de modo geral em que se ocupavam os escravos da Fazenda. Neste relatório figuram apenas os cativos que se encontram na Fazenda sem contar os de sua propriedade deslocados para outras labutas. Seu conteúdo está expresso na tabela 5.

Santa Cruz aparentemente produzia praticamente tudo o que necessitava e era plenamente capaz de cuidar dos seus. A existência de cirurgiões, enfermeiros, amas, parteiras,... revela que os cativos eram como que amparados pela administração, provavelmente para que tivessem plenas condições de trabalhar, mas é possível que fizesse parte da face humanitária do trato estatal com os cativos. Estado civilizado, escravos bem tratados. Ao mesmo tempo, é de se notar que apenas 34 escravos estão destacados para aquela que tradicionalmente era tida como atividade principal da

⁵ Ofício de Manuel Martins do Couto Reis remetendo os escravos requisitados para trabalharem na quinta de S.A.R. Fazenda de Santa Cruz. 30.05.1808... Biblioteca Nacional.

Fazenda: a pecuária. Os 26 homens, auxiliados por 8 rapazes, aparentemente podiam cuidar dos milhares de cabeças de gado criadas ali.

Tabela 5: Distribuição dos escravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz (1815)

Homens

<i>Funções</i>	<i>Homens</i>	<i>Rapazes</i>
Carpinteiro:		
Oficiais	6	
Aprendizes	14	19
Pedreiro:		
Oficiais	6	
Aprendizes		5
Serventes	5	7
Ferreiros:		
Oficiais	5	
Tocadores de fole	2	
Sapateiros:		
Oficiais		
Aprendizes	1	3
Outros serviços		
Oficiais curtidores	8	
Oficiais manteigueiros	1	
Oficiais tecelões	4	
Oficiais oleiros	8	
No hospital		
Cirurgiões	1	
Barbeiros	2	
Enfermeiros	2	
Cozinheiros	2	
Carreiros	13	
Candeeiros		12
Carroceiros	3	
Campeiros	26	8
Centeiros enteireiros	4	
Hortelões	2	
Sacristãos	2	1

Com os empregados	2	6
Guardas de roças	9	
Feitores	1	
Nos caminhos	2	
Com licenças	3	
Na cavalaria	1	
No armazém	1	
A dispor diariamente	57	
Soma	193	61 (254)

Mulheres

<i>Funções</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Rapariças</i>
No fabrico de manteiga	1	
Nas oficinas de teares	15	20
Na olaria	5	
No armazém	8	
Com os empregados	4	
No Paço	1	
Enfermeiras	4	
Parteiras	2	
Amas de cegos	10	
Amas de crianças	11	
Na horta	7	
Colhendo mamonas	11	
Paridas	26	
Dispensadas por estarem próximas de parir	9	
Nos caminhos	40	8
A dispor diariamente	164	22
Soma	318	50 (368)

Fonte: Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente coronel Francisco Cordeiro da Silva Torres. Acompanha uma relação dos escravos a serviço naquela fazenda, 1815 – Biblioteca Nacional (II - 34, 33, 8)

Se fizermos um cálculo duro de produtividade, teremos cerca de 5,5% de investimento de trabalho na atividade-fim contra um absurdo índice de 94,5% de investimento de força potencialmente produtiva em atividades outras. Não que os pastos tenham chegado ao seu limite de produtividade, muito pelo contrário, continham menos de 2/3 das cabeças de gado deixadas pelos jesuítas.

Ora, poderia a fazenda ter deslocado o seu centro de atividades da criação ao cultivo? Toda a sua existência está ligada à pecuária e ao abate como principal meio para gerar rendimentos e até recentemente era conhecida como Abatedouro Nacional. Além disso, discriminados em atividades agrícolas, encontram-se apenas 18 escravos, menos de 3% do potencial de mão-de-obra. Se acrescentarmos a esses as 11 mulheres da colheita de mamona, teremos 29 cativos, menos de 5%.

Associando as duas atividades presumíveis de uma fazenda, agricultura e pecuária, não ocuparíamos 10% da escravaria. Isso poderia ser explicável pelo período do ano em que a lista foi montada. Caso não se tratasse do período de plantio nem do de colheita, os escravos da lavoura poderiam estar ociosos. Essa hipótese é plausível considerando-se os 243 escravos ditos “a dispor diariamente”, que representam algo em torno de 40% da capacidade de trabalho da escravaria, mesmo não sendo certo que seus labores estivessem ligados à agricultura ou à pecuária. Mas ainda assim, somando tudo teríamos no máximo 50% dos escravos com potencial de trabalho sendo possivelmente destinados às atividades econômicas primárias.

Com isso fica mais ou menos claro que a Fazenda durante a sua administração pública, foi progressivamente descaracterizada como unidade produtiva nos moldes tradicionais, para se acrescentar aos seus produtos outras fontes de lucros indiretos. É o que constata Manoel Martins do Couto Reys⁶ conforme descrito em suas memórias, e a presença de um elevado número de escravos especializados o confirma. Entre os homens, o índice de especialização é de 40%, contando os carpinteiros, pedreiros, ferreiros, sapateiros, curtidores, manteigueiros, tecelões, oleiros, e os aprendizes que com eles trabalhavam. Estariam todos eles envolvidos apenas na manutenção da enorme estrutura da fazenda?

Seria difícil imaginá-lo. Na relação dos 17 escravos pertencentes à Imperial Fazenda de Santa Cruz e destacados para a feitoria de Santarém em troca dos escravos pertencentes ao inventário da mesma feitoria que se acham destacados para a Quinta da Boa Vistas, encontram-se nada menos do que 7 especializados. São dois carpinteiros, três pedreiros, um oleiro e um curtidor.

Então temos que em Santa Cruz, um elevado percentual de sua escravaria detinha algum conhecimento profissional e esses cativos, tanto quanto os não qualificados eram destacados para suprir as demandas por mão-de-obra. É possível que o plano de Couto Reys tenha sido posto em prática. Dizia ele:

...a educação de um certo número de rapazes escravos, mais geitosos, e de provada habilidade, applicando-os a ofícios mecanicos, debaixo da doutrina, e insinuação de bons mestres, (...) cujos jornaes avultadissimos, em que a fazenda real faz annualmente consideráveis despezas, ficando nos cofres do Erário, eram consequente e indubitável rendimento da fazenda de Santa Cruz, que entraria na conta de seus lucros.⁷

Também corrobora a efetivação desse expediente, o relatório de distribuição da escravaria da fazenda em 1849,⁸ que apresenta um índice de 31% da população masculina ativa em atividade ou em preparação para o exercício de um ofício. Ainda que esse índice seja menor do que o de

⁶ REYS, Manoel Martins do Couto. “Memórias de Santa Cruz”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo V. 1843. p. 152

⁷ *Id.* pp. 157-158.

⁸ Mapa da totalidade da Escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Datado de 30/06/1849 e assinado pelo escrivão Pedro Nolasco da Silva. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

1815, é três vezes maior do que o percentual encontrado por Florentino e Góes para o agroluminense como um todo.⁹

É provável que o incentivo a formação profissional transparecesse para a Coroa e para a administração como parte integrante e importante da lucratividade gerada pela fazenda, tanto quanto suas colheitas de grãos da terra - arroz, feijão, milho,... - e tanto quanto a carne verde saída de seus abatedouros para saciar o Rio de Janeiro. Porém, por certo não era essa a perspectiva que os escravos tinham de seu próprio trabalho.

Seja por se tratar de um trabalho melhor que o ordinário, ou outra vantagem qualquer, o fato é que em torno de 1818, havia 174 cativos com ocupação que lhe exigia uma habilidade a ser aprendida, e desses, 70 escravos, ou seja, mais ou menos 40%, cuidavam para que outro membro de sua família seguisse a mesma trilha.

Como vimos, as vicissitudes do cativo na Real Fazenda de Santa Cruz eram, em grande medida, caudatárias do passado jesuíta e do presente estatal. Nessas duas tradições, entrelaçadas fora da fazenda, os escravos puderam se constituir como uma comunidade com suas próprias regras sociais, valores e tradições. E mais. Por virtude da necessidade, essa mesma comunidade aprendeu a manejar os elementos que a cercavam e com os quais tinha que lidar, transformando-os em elementos constitutivos do seu cosmos social, com isso dava novo sentido a elementos do seu passado, como a tradição jesuíta, mas também do seu presente, como o ofício e o trabalho imposto pelas necessidades da máquina estatal.

O governo monárquico brasileiro, presa das aparências de civilidade, contrastantes com a realidade escravista do país, buscava refúgio no modelo quase mítico de tratamento dos cativos desenvolvidos pelos jesuítas. Tratamento este, que para além das aparentes benesses, traz em seu seio um “quê” de ameaça. Quanto mais os cativos tinham e, mais do que isso, quanto mais julgavam ter, mais doloroso seria perde-lo. Pode ser que nas mãos de padres e administradores a venda, ostracismo por definição, fosse o açoite mais temido pelos negros de Santa Cruz. Aparentemente bem tratados - como de fato, em certo sentido, o eram - tinham suas famílias, seus laços sociais, suas terras ou seu gado, sua casa enfim. Coisas demais para perder.

⁹ FLORENTINO, Manolo e GÓES, J. Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997. p. 109.